



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012220-76.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**
 Requerente: **Marcio Barbosa**
 Requerido: **BIANCA APARECIDA DE CAMARGO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Trata-se de ação monitória proposta por Márcio Barbosa contra a ré Bianca Aparecida de Camargo, pretendendo a condenação desta no pagamento da importância de R\$ 348,33, representada pelo cheque nº 000060, por ela sacado contra o Banco Banespa SA, agência 0119, conta nº 01 64693-6, no valor original de R\$ 100,00. Pede a atualização do montante com juros de mora até o efetivo pagamento, tendo em vista que a cártula não foi compensada por insuficiência de fundos, perdendo a eficácia de título executivo.

A Defensoria Pública, no exercício da curadoria especial, suscitou preliminarmente a ocorrência de prescrição. No mérito, apresentou contestação às folhas 60/62 por negativa geral.

É o relatório.

DECIDO antecipadamente por entender completa a cognição.

A ação não comporta prosseguimento ante a ocorrência da prescrição da pretensão do autor.

Como é cediço, o cheque é ordem de pagamento à vista, e deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago e 60 dias, quando emitido em outro lugar do país

1012220-76.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ou exterior, conforme disciplina o artigo 33 da Lei do Cheque (Lei nº 7.357/85).

O artigo 62 da mesma lei, é certo, garante a possibilidade de ajuizamento da ação monitória e ação de cobrança, dentro do prazo prescricional de 5 anos, conforme o artigo 206, § 5º, inciso I do Código Civil.

E o termo inicial do prazo prescricional das ações previstas no artigo 62 da Lei 7.357/85 (ação monitória e de cobrança) começa a fluir no dia seguinte ao do vencimento do título.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a súmula nº 503, dispondo que: "O prazo para ajuizamento da ação monitória em face do emitente é quinquenal, a contar do dia seguinte à data da emissão estampada na cártula.

Nesse sentido:

0034166-23.2012.8.26.0007 "TÍTULOS DE CRÉDITO – CHEQUES - AÇÃO MONITÓRIA – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO – PRAZO QUINQUENAL – ARTIGO 206, § 5º, I, DO CÓDIGO CIVIL E SÚMULA TJSP 18 – TERMO INICIAL CONTADO DO DIA SEGUINTE AO DA EMISSÃO – STJ, SÚMULA 503 – SENTENÇA MANTIDA - APELO DESPROVIDO" (Relator(a): José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 11/08/2015; Data de registro: 13/08/2015)

0064719-92.2012.8.26.0576 Monitória. Obrigação oriunda ou instrumentalizada em cheque prescrito. Aplicação do art. 206, § 5º, I, do CC. Prescrição quinquenal. Entendimento consolidado em sede de Recurso Especial sob o rito dos Recursos Repetitivos (REsp nº 1101412). Cheque pós-datado. Termo inicial da prescrição. Data da emissão. Sentença reformada em parte. Recurso provido da ré e desprovido do autor. (Relator(a): Cauduro Padin; Comarca: São José do Rio Preto; Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 26/11/2015; Data de registro: 26/11/2015)

No caso dos autos o cheque foi emitido em 25/06/2005. O prazo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prescricional começou a fluir em 26/06/2005, tendo como termo final o dia 25/06/2010.

Como a presente ação foi distribuída em 19/12/2014, restou amplamente configurada a prescrição.

Ante o exposto, reconheço a prescrição e JULGO EXTINTO o processo com fundamento no disposto no artigo 487, II, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a autora no pagamento de custas e despesas processuais, bem como nos honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Na execução desse consectário deve ser observado que a parte conta com os benefícios da Justiça Gratuita.

Oportunamente, com as anotações de praxe, arquivem-se os autos.

P.I.C

São Carlos, 21 de junho de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**